

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2004.
(Do Senhor NELSON BORNIER)

Solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia sobre contrato firmado entre a Eletrobrás Termonuclear S/A e a empresa Itaú Seguros, com dispensa de processo licitatório, conforme denúncia publicada no Jornal O Dia, de 29 de junho de 2004 .

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Senhor Ministro de Minas e Energia, Pedido de Informação, para que após solicitação à Eletrobrás Termonuclear S/A, aquela autoridade preste esclarecimentos, sobre a contratação da empresa Itaú Seguros para suas apólices de danos materiais e responsabilidade civil nas usinas nucleares de Angra 1 e Angra 2, sem licitação pública, conforme denúncia na publicação do Jornal O Dia em 29 de junho de 2004, nos seguintes termos:

1 – Que critérios adotou a Eletrobrás Termonuclear S/A para habilitação da empresa Itaú Seguros?

2 – Enviar cópia do contrato firmado entre a Eletrobrás Termonuclear S/A e a empresa Itaú Seguros, na íntegra;

3 – Enviar cópia de todo processo de contratação da empresa Itaú Seguros, desde o início, com os pareceres que houveram, até sua finalização.

Solicito ainda a remessa ao meu gabinete, de relatório constando das especificações dos serviços prestados à Eletrobrás Termonuclear S/A, pela Itaú Seguros, dos valores correspondentes.

JUSTIFICAÇÃO

No momento em que o governo do Presidente Luíz Inácio Lula da Silva tenta combater procedimentos pouco recomendáveis no que se relaciona com a probidade administrativa, com acusações de toda ordem e das mais variadas procedências, não é justo que o Senhor Ministro de Minas e Energia deixe passar em branco a questão da contratação da referida empresa sem processo licitatório. Já não basta a malversação dos fundos públicos através de administrações municipais denunciada diariamente através da imprensa. É preciso agir, com a urgência que o caso está a exigir, pois não se concebe que, no apagar das luzes, alguém queira se aproveitar para **inventariar** o pouco que ainda resta das verbas públicas. Daí as razões do presente Requerimento de Informação que esperamos ver aprovado com o valioso apoio dos nossos eminentes pares.

Sala das sessões, 29 de junho de 2004.

NELSON BORNIER
Deputado Federal